

# CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

PJ/PG. N° 097/2018

**Do: Procurador Geral**

**Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Contagem-MG**

Senhor Presidente:

*Instados a emitir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 020 de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar 248, de 11 de janeiro de 2018, que institui o Plano Diretor do Município de Contagem e dá outras providências", cumpre-nos manifestar:*

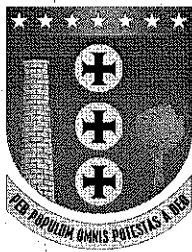
Trata-se de Projeto de Lei Complementar que tem por objetivo alterar a Lei Complementar 248, de 11 de janeiro de 2018, que institui o Plano Diretor do Município de Contagem, a fim de modificar a fórmula para a cobrança da outorga onerosa do direito de construir.

*Ab initio*, imperioso destacar que a Lei Orgânica do Município de Contagem, estabeleceu, em seu art. 6º, inciso I e III c/c art. 182, inciso I a competência do Município para dispor sobre o Plano Diretor, *in verbis*:

*"Art. 6º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*  
*(...)*

*III – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante:*  
*a) elaboração do Plano Diretor;*  
*b) planejamento e controle do uso e ocupação do solo;*



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) estabelecimento de normas e controle do parcelamento do solo;
- d) estabelecimento de normas de edificação.”

“Art. 182 – São instrumentos da Política Urbana, entre outros:

- I – plano diretor;
- (...)”

Demais disso, o Projeto de Lei Complementar, *in examen*, inclui-se no rol de competência do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o disposto no inciso I, do parágrafo 2º, do artigo 75 da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

“Art. 75 – A iniciativa de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro de comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos definidos nesta Lei Orgânica:

§1º - (...)

§2º - Consideram-se Lei Complementar, entre outras matérias, previstas nesta Lei Orgânica:

- I – o plano Diretor;
- (...)”

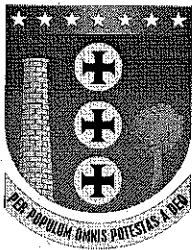
Dessa forma, vê-se que inquestionável a competência do Poder Executivo para a proposição em análise.

Em que pese a competência do Executivo para a proposição em exame, a Constituição da República, em seu artigo 29, inciso XII, prescreve a necessidade da participação das associações representativas da sociedade no planejamento municipal, *in verbis*:

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:  
(...)”

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;  
(...)”

E, em simetria com a Constituição da República, a Lei Orgânica Municipal afirma em seu art. 188 que os Municípios deverão assegurar a participação da sociedade também na elaboração dos projetos que decorram do plano diretor, *in verbis*:



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

*“Art. 188. Na elaboração do Plano Diretor e dos programas e projetos dele decorrentes, o Poder Público assegurará a ampla participação da sociedade civil organizada.”*

No mesmo sentido, a Lei 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, também prevê, em seu art. 40, §4º a participação da população na elaboração do plano diretor:

*“Art. 40 (...)  
(...)”*

*§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:*

*I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;*

*II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;*

*III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.”*

*“Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:*

*I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;*

*II – debates, audiências e consultas públicas;*

*III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;*

*IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;”*

Os dispositivos acima elucidados têm por objetivo obedecer aos princípios estatuídos no *caput* e no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal, que dispõe que a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito, onde o povo tem acesso ao processo de formação da vontade estatal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, os princípios da democracia e da soberania popular fundamentam a participação popular como requisito constitucional do plano diretor e das demais legislações que alteram o planejamento municipal.

Dessa forma, o planejamento participativo, a partir da Constituição, não é mera vontade dos governantes, mas sim um requisito obrigatório para todas as fases do processo dos instrumentos de planejamento urbanísticos.

E, com base no estabelecido no art. 29, XII, da Constituição Federal, alhures mencionado, que assegura a participação popular no planejamento municipal, esse preceito se transforma em requisito para verificar a constitucionalidade de qualquer modificação que influa no plano diretor e no planejamento urbano do Município.

Nessa senda, acresce destacar que, conforme previsão do art. 52 da Lei Federal 10.257/2001 em caso de descumprimento dos requisitos contidos nos incisos I a III do §4º do art. 40, sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito poderá incorrer em improbidade administrativa, nos termos da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992

Ademais disso, necessário mencionar que a Lei Federal 10.257/2001, ainda prevê, tendo em vista a complexidade especial da matéria, a realização de estudos técnicos, nos seguintes termos:

*“Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.”*

*“Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:*

*I – adensamento populacional;*

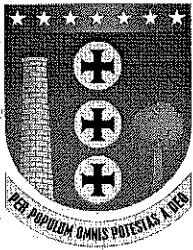
*II – equipamentos urbanos e comunitários;*

*III – uso e ocupação do solo;*

*IV – valorização imobiliária;*

*V – geração de tráfego e demanda por transporte público;*

*VI – ventilação e iluminação;*



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

*VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.*

*Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.”*

*“Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.”*

Por fim, em consonância com todos os requisitos alhures mencionados para alteração do planejamento municipal, acresce consignar que o Ministério Público de Minas Gerais encaminhou ofício à Câmara Municipal de Contagem, cuja cópia se anexa, visando analisar a inconstitucionalidade da legislação municipal referente ao Plano Diretor de Contagem, requisitando informações sobre a participação popular e documentos técnicos ambientais que embasaram o projeto.

Dessa forma, recomenda-se às Comissões a análise da correta verificação por parte do Poder Executivo do cumprimento das exigências supramencionadas.

Atendidas as recomendações supramencionadas, *manifestamo-nos pela admissibilidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 020/2018, de autoria do Poder Executivo, enviado a esta Casa Legislativa pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Alexis José Ferreira de Freitas.*

*É o nosso Parecer, que submetemos à apreciação de Vossa Senhoria.*

*Contagem, 01 de Outubro de 2018.*

  
**Silvério de Oliveira Cândido**  
**Procurador Geral**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

Ofício nº 486/2018-CCConst-PGJ

Ref. Procedimento Administrativo nº MPMG-0024.18.012248-3

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2018.


Exmo(a) Senhor(a) Presidente,

Com os cumprimentos da Procuradoria-Geral de Justiça, registra-se que tramita, nesta Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade, o Procedimento Administrativo em epígrafe, que visa analisar eventual inconstitucionalidade da legislação municipal referente ao Plano Diretor de Contagem.

Visando instruir o presente expediente, com fundamento no art. 26, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n.º 8.625/93, requisita-se a Vossa Excelência, no prazo de 10 (dez) dias, o seguinte:

- 1) Informações sobre a noticiada ausência de participação popular (democracia participativa) no processo legislativo do Novo Plano Diretor, encaminhando documentação comprobatória, em sendo o caso.
- 2) Envio dos documentos técnicos ambientais que embasaram o projeto de Lei, em obediência aos princípios constitucionais ambientais da prevenção e da precaução ou, alternativamente, que informe a eventual inexistência dessa pesquisa pela municipalidade na criação do novo Plano Diretor;
- 3) Finalmente, estabeleça considerações sobre as notícias apresentadas pela 5ª Promotoria de Justiça de Contagem acerca das iminentes lesões às ordens constitucional e infraconstitucional fomentadas pela Lei Complementar n.º 248, de 11 de janeiro de 2018, em especial o risco hídrico.

Cordialmente,

  
MARCOS PEREIRA ANJO COUTINHO  
Promotor de Justiça

ASSISTENTE ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JUNTO A  
COORDENADORIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Excelentíssimo (a) Senhor (a)  
Presidente da Câmara Municipal  
Praça São Gonçalo, 18 - Centro  
Contagem - MG - 32017-730